



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

PROJETO DE LEI Nº 074/11

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 23 FEV, 2011

  
**1º Secretário**

SÚMULA: Classifica a visão  
monocular como deficiência  
visual.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1º - Fica classificada como deficiência visual a visão monocular, no âmbito do Estado do Paraná, para todos os fins legais.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2011.

  
Deputado CAIO QUINTANA

JUSTIFICATIVA(fls. 02)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLO Nº	3959
EM	24/02/11
 FUNCIONÁRIO	

14:51 23/02/2011 000468 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

## JUSTIFICATIVA:

No Brasil, a proteção à pessoa com deficiência é um preceito expresso na Carta Magna de 1988, bem como na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, texto que foi ratificado pelo Brasil e que goza de “status” constitucional, nos termos do § 3º, do art. 5º, da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº. 45/2004).

Assim, existe um arcabouço jurídico, o Decreto Federal nº. 3.298/1999, descrevendo os quadros de deficiências físicas, auditivas, visuais ou intelectuais. Entretanto, as pessoas com visão monocular – cegueira de um olho – não estão enquadradas expressamente em tal diploma, ficando à margem da proteção Estatal.

A visão monocular dificulta a compreensão das noções de profundidade e distância causando limitações físicas, psicológicas, psicosociais, educacionais e laborativas, além de discriminação social aos usuários de próteses oculares.

Ao se tratar das vedações no mercado de trabalho público e privado, tais cidadãos são proibidos de exercer inúmeras carreiras profissionais: Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Judiciária do Senado Federal, Câmara Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, Segurança Judiciário de Tribunais e particulares, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, oftalmologista (além de outras profissões médico/científicas) em função do uso de aparelhos profissionais que exigem a visão binocular (nos dois olhos), motorista profissional nas categorias “C”, “D” e “E” e profissões conexas (700% a mais de acidentes de trânsito, permitindo-se apenas a aquisição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) “A” e “B” – Resolução nº. 267/2008 – Anexo II - CONTRAN), vedação ao trabalho em plataformas petrolíferas, operador de guindaste e máquinas de grande porte, indústrias químicas, laboratórios, comissário de bordo, controlador de voo, etc.

Em face disso, o Poder Judiciário reconhece a inclusão da visão monocular enquanto deficiência visual com destaque ao Supremo Tribunal Federal (STF) ao julgar o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) nº. 26071-DF que assegurou o direito a reserva de cargos públicos aos cidadãos com visão monocular, na linha dos demais Tribunais Superiores e Estaduais. No Estado do Paraná, há inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça.

Na Constituição Federal, consagrou-se ser atribuição comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a proteção e a garantia das pessoas com deficiência (art. 23, inciso II), bem como competência legislativa concorrente aos Estados e à União para a edição de normas sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência (art. 24, inciso XIV). O Estado do Espírito Santo (ES) já editou a Lei Estadual nº. 8.775/2007 visando a proteção de tais cidadãos, existindo projetos de lei idênticos no Amazonas, na Bahia, no Ceará e em Minas Gerais, caracterizando a urgência do pleito.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

O presente projeto de lei foi reivindicado pela Associação Brasileira dos Deficientes com Visão Monocular – ABDVM e visa promover um tratamento isonômico com as demais deficiências, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas com visão monocular no Paraná.

Objetivando promover tratamento isonômico com os demais tipos de deficiências, contamos com o apoio de Vossas Excelências para aprovação dessa proposição, tão almejada pelos portadores de visão monocular.





**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ**

**PROJETO DE LEI Nº 74/2011, DE INICIATIVA DO DEPUTADO CAÍTO QUINTANA – CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA VISUAL.**

**PARECER DO RELATOR DEPUTADO TADEU VENERI:**

**Súmula: Classifica a visão monocular como deficiência.**

**EMENTA: VISÃO MONOCULAR. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA. POSSIBILIDADE INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.**

**Síntese:**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por intuito qualificar o portador de visão monocular como portador de deficiência visual, *para todos os fins legais*, como forma de suprir lacuna deixada pelo Decreto Federal nº. 3298/1998<sup>1</sup> e efetivar o compromisso constitucional e internacional assumido pelo Brasil em garantir dos direitos da pessoa portadora de deficiência visual.

---

<sup>1</sup> Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias: (...) III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).





## **Fundamentação:**

O artigo 24, XII, da Constituição da República Federativa do Brasil define que a União, os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrentemente para legislar sobre a *proteção e defesa da saúde*.

Para tratar de iniciativas para proteção e amparo de pessoas portadoras de deficiência, igualmente o artigo 23, II, da Constituição Federal define que todas as unidades da federação têm competência comum, ou seja, todas podem complementarmente executar serviços e políticas públicas para assistência aos portadores e portadoras.

A Constituição Estadual no seu artigo 53, XVI, autoriza a Assembleia Legislativa tratar de matérias de competência comum dos entes federados, nestes termos:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal;

A Assessoria Técnica da CCJ manifestou-se pela constitucionalidade e pela aprovação do projeto.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

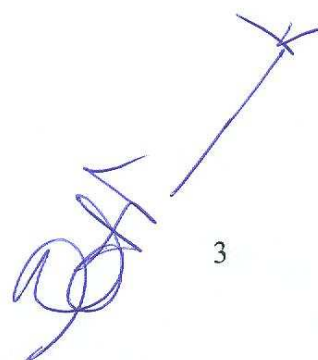
Diante da adequação às normas legais e constitucionais, e ainda diante da relevância social que a classificação atingirá quando for transformada em dispositivo legal, voto pela aprovação do Projeto de Lei por esta Comissão de Constituição e Justiça e seguimento do devido processo legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.

  
Deputado Estadual Tadeu Veneri



*ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 074/2011**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que classifica a visão monocular como deficiência visual.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

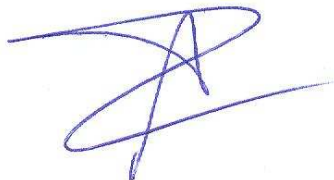
Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo promover um tratamento isonômico com as demais deficiências, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas com visão monocular no Estado do Paraná.

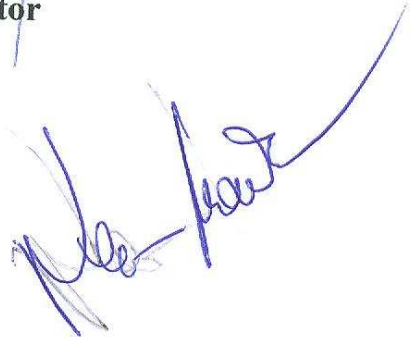
Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.

  
**DR. BATISTA**  
**Presidente**

  
**Adelino Ribeiro**  
**Relator**









# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA 01

PLENÁRIO

DAD

10/05/11

fs

## Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 74/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º, do Regimento Interno, passando o Projeto de Lei acima mencionado a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica classificada como deficiência visual a visão monocular abaixo de 50%, no âmbito do Estado do Paraná, para todos os fins legais.

Art. 2º - (...)

Sala das Sessões, 10 de maio de 2011.

Deputado FERNANDO SCANAVACA





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 074/11**

**Projeto de Lei nº 074/11**

**Autor da emenda: Deputado Fernando Scanavaca.**

**Súmula:** Modifica o artigo 1º do Projeto de Lei n.º 074/11.

**EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O ARTIGO 1º DO PROJETO DE LEI 074/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA SUBEMENDA EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tinha como objetivo classificar a visão monocular como deficiência visual, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Tadeu Veneri.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Modificativa, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa a emenda ora em tela, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.**

**§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.  
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.**

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Fernando Scanavaca, na forma da **SUBEMENDA** em anexo.

Sala das Comissões, em 17 maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**

**RELATOR**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**SUBEMENDA A EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO 01 AO PROJETO DE LEI  
Nº 074/2011**

Com fulcro no que autoriza os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Modificativa de Plenário 01 de autoria do Deputado Fernando Scanavaca que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º.** O artigo 1º do Projeto de Lei 074/11, de autoria do Deputado Caíto Quintana passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica classificada como deficiência visual a visão monocular abaixo de 50% (cinquenta por cento), no âmbito do Estado do Paraná, para todos os fins legais.”

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.



**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**



**DEPUTADO TADEU VENERI**

**RELATOR**







*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



**PROJETO DE LEI Nº 282/2011**



**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Águas Claras.

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Águas Claras, com sede e foro no Município de Goioerê.

**Art. 2º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de abril de 2011

**PEDRO LUPION**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



**JUSTIFICATIVA**

A Associação de Moradores do Conjunto Águas Claras é uma associação filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidades precípuas: a elevação da qualidade de vida dos moradores do Conjunto Águas Claras, bem como, melhorar os padrões de cultura, saúde e educação dos moradores e também melhorar os padrões de renda.

Visando estas melhorias, a Associação de Moradores do Conjunto Águas Claras de Goioerê promove atividades específicas a este fim, congregando todos os moradores, identificando-os, mobilizando-os, formando novos grupos com interesses comuns ao conjunto, e pleiteando serviços junto aos órgãos competentes.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Águas Claras do Município de Goioerê.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 282/2011**

**Projeto de Lei nº. 282/2011**

**Autor: Deputado Estadual Pedro Lupion**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a  
**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO**  
**CONJUNTO ÁGUAS CLARAS**, com sede e foro  
no Município de Goioerê.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**– LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA**  
**FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO ÁGUAS CLARAS**, com sede e foro no Município de Goioerê.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

---

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

No entanto, tendo em vista que o nome correto da entidade é **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO ÁGUAS CLARAS – A.M.C.A.CL**, consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar a Súmula e o artigo 1º ao correto nome da entidade, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.


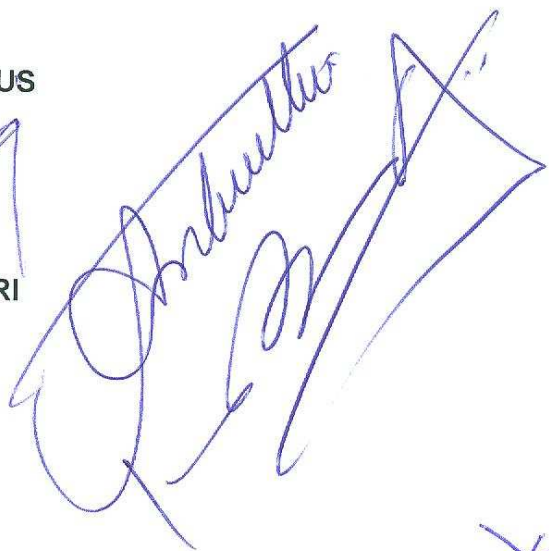
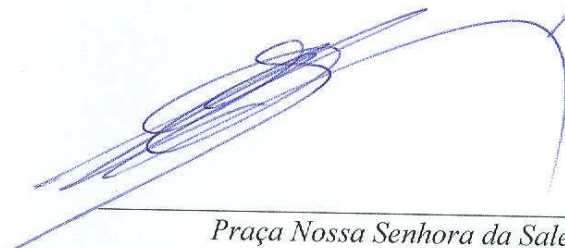
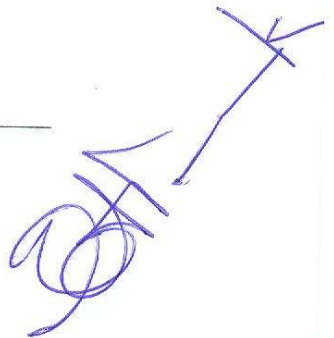
**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
**RELATOR**

  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 282/11**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

**"Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO ÁGUAS CLARAS - A.M.C.A.CL, com sede e foro no Município de Goioerê."**

**"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO ÁGUAS CLARAS - A.M.C.A.CL, com sede e foro no Município de Goioerê."**



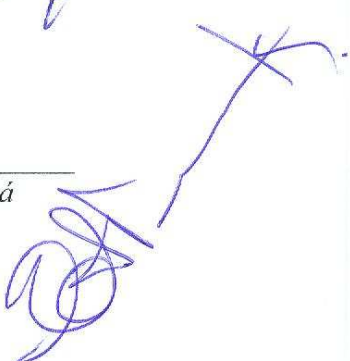
Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUILIO GENARI**

**RELATOR**

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Projeto de Lei Nº 285/2011



**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação para a Evolução do Basquete - APEBAS, com sede e foro no Município de Sertaneja.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação para a Evolução do Basquete – APEBAS, com sede e foro no Município de Sertaneja, Estado do Paraná.

Art.2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em

  
LUIZ EDUARDO CHEIDA  
DEPUTADO ESTADUAL





### JUSTIFICATIVA

A presente medida tem por objetivo declarar a utilidade da Associação para a Evolução do Basquete, no âmbito do Estado do Paraná, pois tal organização presta serviços de grandiosa valia para a comunidade do Município de Sertaneja e para demais comunidades próximas.

A atuação da instituição é voltada para crianças e adolescentes de comunidades carentes que necessitam de atendimento com propósito definido de despertar-las para a valorização da prática de esportes, especialmente o basquete.

A APEBAS sistematiza o atendimento para que o basquete sirva de apoio para a escola e para a família, notadamente para aqueles que apresentam conflitos sociais.

Importante dizer que quanto mais se investe em esporte, menos se despendem recursos com segurança pública, saúde e outras áreas que, atualmente, socorrem a falta de prevenção na área social.

Assim sendo, peço o apoio dos Pares desta Casa de Leis na aprovação do Projeto em tela, pois é reconhecidamente importante o trabalho desenvolvido pelo Instituto Eurobase.

9



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 285/2011**

**Projeto de Lei nº. 285/2011**

**Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO PARA A EVOLUÇÃO DO BASQUETE - APEBAS**, com sede e foro no Município de Sertaneja.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO PARA A EVOLUÇÃO DO BASQUETE - APEBAS**, com sede e foro no Município de Sertaneja, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

No entanto, tendo em vista que somente a Sede é em Sertaneja, sendo que o foro é em Cornélio Procopio, consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar a Súmula e o artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.



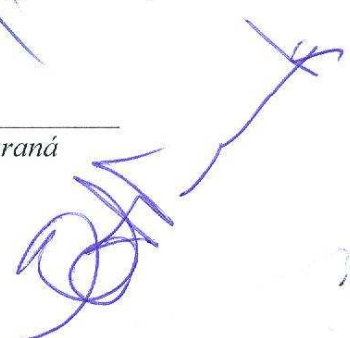

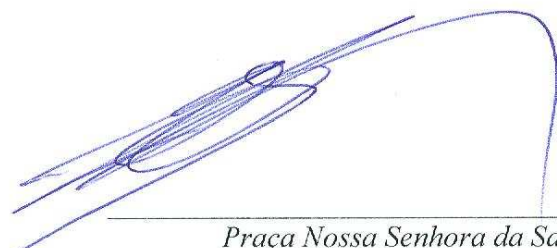
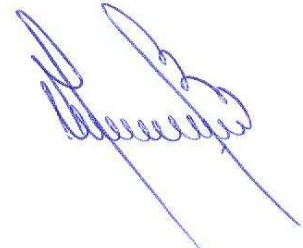
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO DUILIO GENARI

RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 285/11**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

**"Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARA A EVOLUÇÃO DO BASQUETE - APEBRAS, com sede no Município de Sertaneja e foro na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná."**

**"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO PARA A EVOLUÇÃO DO BASQUETE - APEBRAS, com sede no Município de Sertaneja e foro na Cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná".**

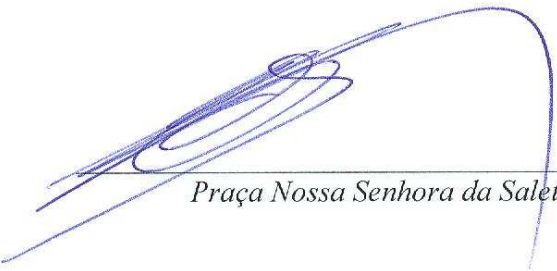
Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUILIO GENARI**

**RELATOR**

---

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 ABR. 2011

**1º Secretário**

Decreta:

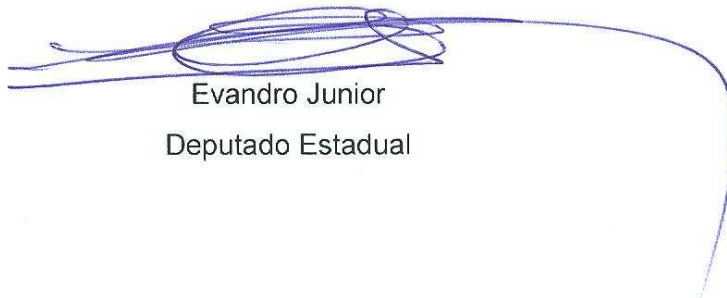
PROJETO DE LEI Nº

301/11

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE PAIÇANDU, com sede e foro na Cidade de Paçandu, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 2011.



Evandro Junior  
Deputado Estadual

Justificativa:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Paçandu (ACIP), com sede e foro no Município de Paçandu – PR. Ressalta-se a importância desta associação por ser de fins não econômicos, tendo por finalidade promover encontros, palestras, simpósios, seminários, conferências, círculos de debates e outras





formas de participação da classe empresarial. A promoção da cultura e informação dentre os objetivos da ACIP, em suas diversas áreas, incentivando as artes plásticas, o grafismo, a literatura, artesanato, folclore e produção material de áudio e vídeo. Destaca-se aqui a campanha de combate a dengue que foi de extrema importância para a comunidade local. A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes Públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos, sendo assim, pede o apoio dos nobres parlamentares desta Casa.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 301/2011**

**Projeto de Lei nº. 301/2011**

**Autor: Deputado Estadual Evandro Junior**

**Súmula:** *Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE PAIÇANDU, com sede e foro na Cidade de Paçandu, Estado do Paraná.*

**EMENTA:** *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE PAIÇANDU**, com sede e foro no Município de Paçandu, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

No entanto, tendo em vista que o nome correto da Associação que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é "**ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE PAIÇANDU - ACIP**", e também a Sede é em **PAIÇANDU**, e o foro é em **MARINGÁ**, consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar o nome da mesma constante na Súmula e no artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

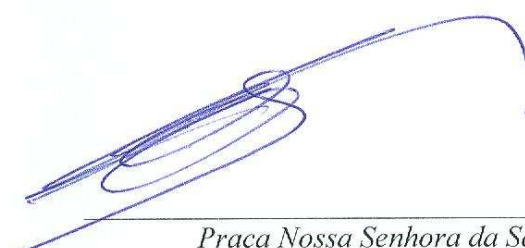
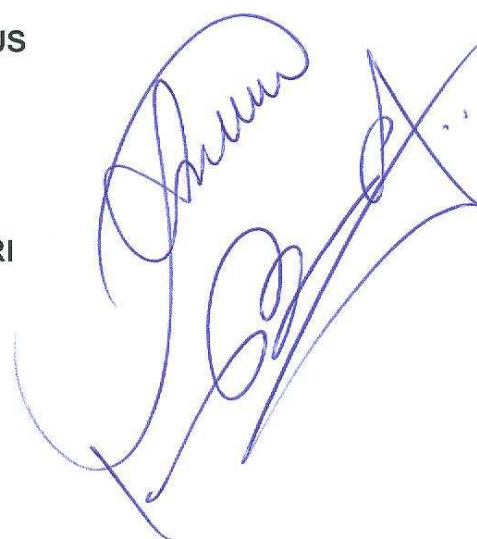
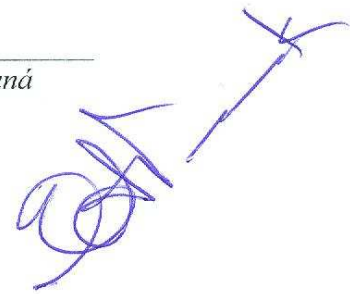
**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUÍLIO GENARI**  
**RELATOR**

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 301/11**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

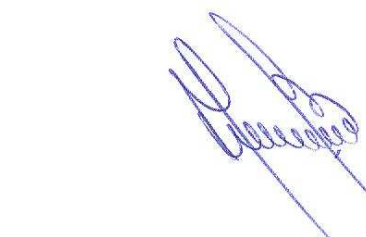

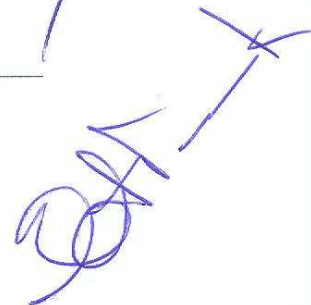
**"Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE PAIÇANDU - ACIP, com sede na Cidade de Paçandu e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná."**

**"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE PAIÇANDU - ACIP, com sede na Cidade de Paçandu e foro na Cidade de Maringá, Estado do Paraná".**

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DUÍLIO GENARI**  
**RELATOR**

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



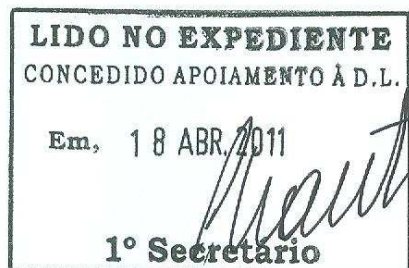


*MESA EXECUTIVA*  
**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa**



Projeto de Resolução nº *010/11*



**SÚMULA:** Altera a redação do Art. 120, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

**Art. 1º** O art. 120, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 120 Verificada, em qualquer fase do processo legislativo, a semelhança de objeto entre duas ou mais proposições a Diretoria Legislativa certificará o fato à Mesa Executiva que deverá comunicá-lo ao Plenário, abrindo prazo de 05 (cinco) dias para que os Deputados interessados possam requerer a anexação das proposições.

§ 1º Formulado e aprovado o requerimento de anexação este será encaminhado à Comissão Permanente competente que, por meio de Parecer, unificará as proposições.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o *caput* sem que haja apresentação de requerimento ou caso este não seja aprovado, os projetos terão tramitação em separado.

§ 3º. Na hipótese em que se verifique, em qualquer fase do processo legislativo, a identidade de objeto entre duas ou mais proposições deverá tramitar, até final deliberação em Plenário, aquela protocolada em primeiro lugar, arquivando-se as demais.

§ 4º. Para os efeitos do parágrafo anterior, a Diretoria Legislativa certificará o fato à Mesa Executiva, para que esta comunique ao Plenário e determine o arquivamento.”






# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa



**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2.011.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ  
1º Secretário

  
Deputado RENI PEREIRA  
2º Secretário





## JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Resolução para efeito de corrigir falha quanto ao tramite paralelo de proposições com identidade de objetos, e diversidade de autores, assegurando-se que, convertida em lei a proposição, seu autor seja aquele Parlamentar que teve a iniciativa em primeiro lugar.

Por procedente e justa a presente proposição e carente nosso Regimento Interno de norma neste sentido, solicitamos o apoio dos nobres pares para a sua aprovação, contribuindo para o aprimoramento das normas procedimentais desta Casa.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO 10/11**

**Projeto de Resolução nº 10/11**

**Autor: Comissão Executiva.  
Deputado Valdir Rossoni;  
Deputado Plauto Miró;  
Deputado Reni Pereira.**

**Súmula:** Altera a redação do art. 120 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa (anexação de processos).

**EMENTA: ALTERAÇÃO DE ARTIGO DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. ART. 54, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INICIATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA. POSSIBILIDADE. ART. 33, §1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL A APROVAÇÃO NOS MOLDES DO SUBSTITUTIVO GERAL EM ANEXO.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executiva, objetiva alterar o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para regular o trâmite de proposições com identidade de objetos.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

Ao analisar a matéria abordada pelo Projeto de Resolução em tela, verificamos que a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 54, inciso II, determina a competência exclusiva da Assembléia Legislativa do Paraná para regular o seu Regimento Interno. Vejamos:

**Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:**  
**(...)**  
**II – elaborar o Regimento Interno.**

No mesmo sentido, sobre a elaboração legislativa, a Constituição Estadual elenca os detentores de iniciativa para deflagrar o processo legislativo. A saber:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifei).**

Portanto, no que tange a legitimidade de propositura do presente Projeto de Resolução, não resta dúvida quanto à competência da Comissão Executiva para propor alterações ao Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná. Ainda, vale transcrever, o próprio





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Regimento Interno desta Casa de Leis confere amparo legal para a proposição que ora se analisa. Vejamos:

**Art. 33. Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§1º. A Comissão Executiva compete:**

**I – opinar sobre as modificações do Regimento Interno.**

Vislumbra-se, portanto, que o projeto de resolução se encontra revestido de constitucionalidade e inexistem óbices para o seu regular trâmite perante essa Casa Legislativa.

No entanto, incluímos disposições que disciplinam as proposições quando possuírem mais de um autor, para que a lei fique mais completa e não deixe lacunas. Assim, faz-se necessária à elaboração de substitutivo geral para a adequação do projeto. Da mesma forma, sugere-se a supressão dos Parágrafos 3º e 4º da redação dada pelo Projeto de Resolução ao art. 120 do Regimento Interno. Isto se faz necessário devido à redação truncada e repetitiva destes dispositivos.

Portanto, nos moldes do substitutivo geral em anexo, o projeto reputa-se legal e constitucional.

Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar 95/98.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

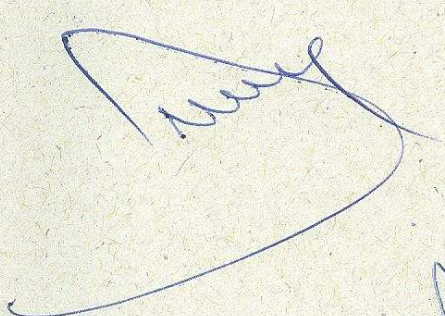
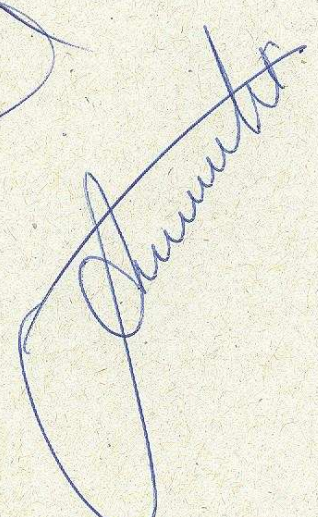
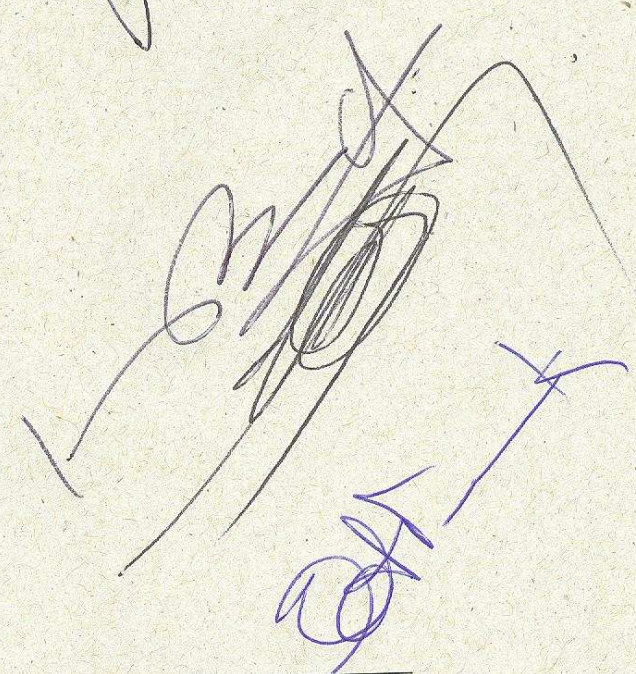
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentado pelo projeto de resolução em análise, conferimos PARECER **FAVORÁVEL** a aprovação do mesmo, nos moldes do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

  
Dep. NEREU MOURA  
Relator

  
Dep. NELSON JUSTUS  
Presidente

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/11**

Fica alterada a redação do Projeto de Resolução nº 10/11, ficando o respectivo projeto nos seguintes moldes:

**Súmula: Altera a redação do art. 120, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.**

**Art. 1º - O art. 120, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:**

**"Art. 120. Quando houver similitude entre duas ou mais proposições, a Diretoria Legislativa imediatamente comunicará a Mesa Executiva para que informe ao plenário e abra prazo de 05 (cinco) dias para que os Deputados autores requeiram a anexação das proposições.**

**§1º - Formulado e aprovado o requerimento de anexação, este será encaminhado a Comissão Permanente competente para que unifique as proposições.**

**§2º - Decorrido o prazo estabelecido pelo caput sem apresentação de requerimento, ou sem a sua aprovação, os projetos tramitarão separadamente.**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

§3º - Todos os Deputados subscritores serão considerados autores do projeto.

§4º - Quando houver anexação de projetos, reputam-se autores da matéria todos os Deputados que subscreveram as proposições."

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2011.

Dep. NEREU MOURA  
Relator